



PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - CONSELHEIRO 0002085-03.2011.2.00.0000

Requerente: Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado da Bahia - Sinpojud

Requerido: Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

Advogado(s): BA010901 - Cláudio Fabiano Balthazar (REQUERENTE)

EMENTA

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. REMOÇÃO. SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA. NÃO PUBLICAÇÃO DE EDITAIS E REGULAMENTAÇÃO DA LEI ESTADUAL ASSEGURADORA DO DIREITO PELO TJBA. AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA.

1. A Lei Estadual 6.677/94 assegura aos servidores públicos do Estado da Bahia o direito à remoção. A Lei n. 10.845/2007 – Lei de Organização Judiciária do Estado da Bahia - também prevê o instituto e, ainda, remete ao TJBA a sua regulamentação.
2. O TJBA até a presente data não regulamentou a matéria nem está publicando editais de remoção, privando os servidores de direito previsto em lei.
3. Alegação de que a carência de pessoal, em todas Comarcas, torna inoportuna e inconveniente a publicação de edital de remoção, além de não comprovada, contradiz-se com a publicação, logo em seguida, de edital de remoção para Comarcas de Entrância Intermediária.
4. Pedido de providências que se julga procedente para determinar ao TJBA que, em 30 (trinta) dias, publique edital de remoção de servidores das demais entrâncias, na forma prevista no art. 213 da Lei Estadual n. 10.845/07 e que, em 60 (sessenta) dias, regulamente o instituto da remoção, conforme determinado no mesmo art. 213 da Lei 10.845/07.

ACÓRDÃO

Decide o Conselho Nacional de Justiça, por unanimidade, julgar procedente o pedido de providências.

Brasília, 13 de setembro de 2011.

Conselheiro **Tourinho Neto**

Relator

RELATÓRIO**O EXMO SR. CONSELHEIRO TOURINHO NETO (RELATOR):**

1. Trata-se de Pedido de Providências requerido pelo Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado da Bahia – SINPOJUD, pretendendo que este Conselho determine ao Tribunal de Justiça daquele Estado que regulamente matéria referente à remoção de servidores, de que trata o art. 213 da Lei 10.845/07 (Lei de Organização Judiciária do Estado) e que sejam publicados os editais de transferência, de forma contínua e permanente.

Alega o requerente que o citado art. 213 da Lei 10.845/07 prevê que as remoções devem ser feitas entre as Comarcas e entre Comarcas de igual entrância. Já o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia prevê que as remoções devem ser feitas de acordo com o art. 50 e §§ 1º a 3º do referido Estatuto.

Assevera que, devido à falta de regulamentação da matéria por parte do Tribunal, passou-se a adotar a mesma regra para os pedidos de remoção formulados pelos magistrados, contida no art. 188, §3º, da Lei de Organização Judiciária do Estado da Bahia, que determina a prévia publicação do Edital com o anúncio de vagas, o que, contudo não vem sendo observado pelo Tribunal-requerido.

Afirma que os servidores do TJ/BA estão “alijados” do exercício do direito de remoção, pela inexistência de regulamentação da matéria e pela ausência das publicações dos editais, que garantam isonomia aos servidores no pleito das vagas a serem oferecidas por remoção.

Requer que este Conselho determine ao TJBA que regulamente a matéria atinente à remoção, fixando prazo para tanto, que publique, imediatamente, todos os editais de transferência, de forma contínua e permanente, e que informe quando se dera a publicação da última remoção.

2. Nas informações que prestou, o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia informa que, embora seja notória a existência de claros de lotação nas Comarcas do Interior, a abertura de edital para preenchimento de vagas não é conveniente, pois levará à paralisação de algumas unidades jurisdicionais, pela carência de servidores nas referidas Comarcas. Aduz que, na Capital, somente seria viável a remoção para claros de lotação existentes na própria Comarca da Capital, o que revela absolutamente inoportuna e ineficaz a abertura de edital no momento.

Demais, o instituto mais adequado à realocação de servidores seria o remanejamento, e não a remoção, pois aquele permite a movimentação de forma mais célere e apenas em casos que se revelassem indispensáveis à preservação do interesse público (INF8 do E-CNJ).

3. Em informações complementares, o TJBA encaminha cópia do Edital n. CCI – 01/2011-GSEC, em que noticia aos servidores das Comarcas de Entrância Intermediária a abertura das inscrições para os pedidos de remoção, visando o provimento das vagas referentes aos cargos de Oficial de Justiça Avaliador, Escrevente de Cartório e Subescrivão (INF9 do E-CNJ).

4. Diante das informações, o então Cons. Leomar Amorim determinou a intimação do requerente para se manifestar sobre seu interesse no prosseguimento do feito (DESP10 do E-CNJ).

5. Pela PET11, o requerente pede o prosseguimento do feito, pois o citado edital “*atende parcialmente as pretensões do requerente, haja vista que esse só atende aos pedidos de remoção de entrância intermediária, preterindo, v.g, as iniciais ou quando não omitindo-as, injustificadamente*”.

6. É o relatório.

VOTO

O EXMO SR. CONSELHEIRO TOURINHO NETO (RELATOR):

1. O Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado da Bahia pretende, por meio deste pedido de providências, que o CNJ determine ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia que adote providências para assegurar aos servidores do Poder Judiciário local o direito de remoção previsto na legislação estadual.

A legislação geral estadual (Lei 6.677, de 26.09.1994 – Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia) prevê, em seu art. 50 e §§, o direito dos servidores à remoção nos seguintes termos:

Art. 50 - Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, com preenchimento de claro de lotação, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.

§ 1º - Dar-se-á remoção a pedido, para outra localidade, por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente, condicionado à comprovação por junta médica oficial, hipótese em que, excepcionalmente, será dispensada a exigência de claro de lotação.

§ 2º - No caso previsto no parágrafo anterior, o servidor preencherá o primeiro claro de lotação que vier a ocorrer.

§ 3º - Fica assegurada ao servidor, a fim de acompanhar o cônjuge ou companheiro, preferência na remoção para o mesmo local em que o outro for mandado servir.

Por sua vez, a Legislação especial (Lei 10.845, de 28.11.2007 – Lei de Organização Judiciária do Estado da Bahia), também prevê a remoção e, ainda, remete ao Tribunal requerido a normatização do instituto, nos termos do seu art. 213, que dispõe:

*Art. 213 - A remoção e a permuta dos servidores da Justiça far-se-ão dentro da Comarca e entre Comarcas de igual entrância, **conforme dispuser Regulamento aprovado pelo Tribunal de Justiça.***

§ 1º - Nos processos relativos à remoção e à permuta serão observados, no que couberem, os critérios estabelecidos em relação aos magistrados e as normas aplicáveis aos servidores públicos civis do Estado. (grifo nosso).

O Tribunal de Justiça da Bahia não regulamentou a matéria e, para solucionar casos específicos de remoção de servidores, passou a adotar os mesmos critérios já previstos no art. 188, § 3º, da Lei de Organização Judiciária, para as remoções na magistratura, *in verbis*:

Art. 188 - A remoção do Juiz de Direito, de uma Comarca para outra da mesma entrância, ou a sua transferência de uma Vara para outra da mesma Comarca, bem como a permuta, dependerá de aprovação do Tribunal de Justiça.

(...)

*§ 3º - Os pedidos de transferência e remoção deverão ser formulados em 15 (quinze) dias, **contados da publicação do edital que anunciar a vaga**, não sendo considerados os pedidos protocolados fora do prazo. (grifo nosso).*

Mais tarde, ao decidir questão de ordem (nº 01 de 2010), o Conselho da Magistratura do Tribunal entendeu que somente faria remoções de servidores mediante prévia “*publicação de edital, em observância aos princípios constitucionais da publicidade e da igualdade, bem como às disposições da Lei Estadual nº 10.845/2007 (Lei de Organização Judiciária do Estado da Bahia) que prevê a aplicação dos mesmos critérios estabelecidos em relação à remoção dos magistrados*”.

Ocorre que, tais editais, nunca foram publicados.

Em sua manifestação, o Tribunal-requerido não nega tais fatos, apenas alude à impossibilidade de realizar os concursos de remoção ou de oferecer os claros em remoção, por conta da carência de pessoal em todas as Comarcas.

No correr do processo, complementando as informações, comunicou a este CNJ que publicou edital para remoção nas Comarcas de Entrância Intermediária.

Tenho que os argumentos do TJBA para negar o direito dos servidores à remoção não procedem.

Primeiro, nas informações prestadas o Tribunal limitou-se a dizer que não seria conveniente para a Administração as remoções, em razão de carência de pessoal em todas as Comarcas, sem apresentar nenhum dado concreto, ou estudo, que justifiquem as alegações e, conseqüentemente, a negativa do direito de remoção dos servidores. Conveniência e oportunidade não se confundem com mera vontade; logo, devem ser devidamente demonstradas.

Segundo, afirmou isso em relação a todas as Comarcas em 30.06.2011, mas, logo em seguida, em 12.07.2011, publicou edital de remoção para Comarcas de Entrância Intermediária - Edital n. CCI – 01/2011-GSEC (INF9, E-CNJ).

A ausência de publicação de editais e a mora, longa, por sinal, pois já se passaram quase 4 (quatro) anos sem regulamentar o instituto da remoção, têm, de fato, como afirma o Sindicato-requerente, “alijado” os servidores do TJBA do exercício do direito de remoção, assegurado, expressamente, na legislação acima citada.

É possível que algumas comarcas fiquem com carência maior de pessoal. Mas, se existem os cargos, nada obsta a abertura futura de concurso público para o preenchimento.

Diante disso, determino ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia que:

a) em 30 (trinta) dias, publique edital de remoção de servidores das demais entrâncias, nos termos do art. 213 da Lei de Organização Judiciária da Bahia, ou seja, “*dentro da Comarca e entre Comarcas de igual entrância*”, inclusive na Comarca de Salvador, única Comarca de entrância final no Estado.

b) em 60 (sessenta) dias, regulamente o instituto da remoção, nos termos do referido art. 213 da Lei Estadual n. 10.845/07.

2. Ante o exposto, **julgo procedente o pedido.**

3. Intimem-se. Cópia da presente servirá como ofício. Após, arquivem-se os autos.

É o voto.



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletrônico PJe 1.4.3**

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletrônico PJe 1.4.3

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletrônico PJe 1.4.3

29/03/2014 00:00:00

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **129085**



110913181843000000000000128377